

**1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SETORIAL DE
2 PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA, REALIZADA NO DIA DEZ DE MAIO DE
3 2017, ÀS NOVE HORAS, NO ANFITEATRO DAS PRÓ-REITORIAS DA
4 UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA.**

5 Aos dez dias do mês de maio de dois mil e dezessete, às nove horas, no Anfiteatro das
6 Pró-Reitorias da Universidade Federal de Juiz Fora, reuniu-se o Conselho Setorial de
7 Pós-Graduação e Pesquisa (CSPP), regimentalmente convocado, sob a Presidência da
8 Senhora Prof.^a Dr.^a Mônica Ribeiro de Oliveira, Pró-Reitora de Pós-Graduação e
9 Pesquisa, e do Senhor Prof. Dr. Luís Paulo da Silva Barra, Pró-Reitor Adjunto de Pós-
10 Graduação e Pesquisa, contando ainda com a presença dos seguintes Conselheiros: Prof.
11 Nathan Oliveira Barros, Vice-Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ecologia;
12 Prof. Paulo Henrique Dias Menezes, Coordenador do Mestrado Nacional Profissional
13 em Ensino de Física; Prof. Luiz Antônio Sodré Costa, Representante do Comitê
14 Assessor ao CSPP, Área Ciências Exatas; Prof. Olímpio Hiroshi Miyagaki,
15 Coordenador do Programa de Pós-graduação em Matemática; Prof.^a Vera Maria Peters,
16 Diretora do Centro de Biologia da Reprodução; Prof.^a Ana Rosa Costa Picanço Moreira,
17 Coordenadora de Programas de Pós-graduação em Educação; Prof. Luís Fernando
18 Crocco Afonso, Coordenador do Mestrado Profissional em Rede em Matemática; Prof.
19 Fernando Antônio Basile Colugnati, Coordenador do Programa de Pós-graduação em
20 Saúde; Prof. Ademar Alves da Silva Filho, Coordenador do programa de Pós-graduação
21 em Ciências Farmacêuticas; Prof.^a Maria Claudia Bonadio, Representante do Comitê
22 Assessor ao CSPP, Área Linguística, Letras e Artes, e Vice-Coordenadora do Programa
23 de Pós-graduação em Artes, Cultura e Linguagens; Prof.^a Gabriela Borges Martins
24 Caravela, Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Comunicação; Prof.^a Nádia
25 Silvia Somavilla, representando o Comitê Assessor ao CSPP, Área Ciências Biológicas;
26 Prof. Marco Antônio Escher, Coordenador do Mestrado Profissional em Educação
27 Matemática; Prof.^a Carla Malaguti, Coordenadora do Programa de Pós-graduação em
28 Ciências da Reabilitação e Desempenho Físico-Funcional; Prof. Virgílio de Carvalho
29 dos Anjos, Coordenador do Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia do Leite e
30 Derivados; Prof. Pablo Zimmermann Coura, Coordenador do Programa de Pós-
31 graduação em Física; Prof. Fernando Perlatto Bom Jardim, Representante do Comitê
32 Assessor ao CSPP, Área Ciências Humanas; Prof. Carlos Augusto Duque, Coordenador
33 do Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica; Prof.^a Célia Graça Arribas,
34 Diretora do Centro de Pesquisas Sociais; Prof. Denis Franco Silva, Coordenador do
35 Programa de Pós-Graduação em Direito e Inovação; Prof. Cláudio Galuppo Diniz,

36 Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas (Imunologia e
37 Doenças Infecto-Parasitárias/Genética e Biotecnologia); Prof. Francisco Ricardo dos
38 Reis Justi, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia; Prof. Antônio
39 Márcio Resende do Carmo, Coordenador do Programa de Pós-graduação em Clínica
40 Odontológica; Prof.^a Flávia Cavalieri Machado, Coordenadora do Programa de Pós-
41 graduação em Química; Prof.^a Eliane Medeiros Borges, Coordenadora do Programa de
42 Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública; Prof. Luiz Fernando Matos
43 Rocha, Coordenador do Programa de Pós-graduação em Linguística; Prof.^a Heloísa
44 Pinna Bernardo, Coordenadora do Mestrado Profissional em Administração Pública em
45 Rede; Prof. Mateus Camaroti Laterza, Coordenador do programa de Pós-graduação em
46 Educação Física; Prof. Ricardo da Silva Freguglia, Coordenador do Programa de Pós-
47 graduação em Economia Aplicada; Prof. Rafael Alves Bonfim de Queiroz, Coordenador
48 do Programa de Pós-Graduação em Modelagem Computacional; Prof. Thiago César
49 Nascimento, Representante do Comitê Assessor ao CSPP, Área Ciências da Saúde;
50 Prof.^a Claudia Maria Ribeiro Viscardi, Coordenadora do Programa de Pós-graduação em
51 História; Prof. Marcelo Bernardes Vieira, Coordenador do Programa de Pós-Graduação
52 em Ciência da Computação; Prof. Klaus Chaves Alberto, Coordenador do Programa de
53 Pós-graduação em Ambiente Construído; Prof. Ignácio José Godinho Delgado, Diretor
54 do Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia; Prof.^a Anna Maria de
55 Oliveira Salimena, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem;
56 Prof.^a Rogéria Campos de Almeida Dutra, Coordenadora da Pós-graduação em Ciências
57 Sociais. Após cumprimentar os conselheiros e agradecer a todos pela presença, a
58 Presidente passou à pauta do dia. **I – Aprovação da ata da reunião do CSPP**
59 **realizada no dia onze de abril de 2017:** A Pró-reitora explicou aos presentes que, por
60 motivo de força maior, o anterior secretário, então responsável por sua redação, não
61 pôde finalizá-la em tempo hábil, o que impossibilitou a apreciação da mesma pelo
62 conselho naquele momento, afirmando aos presentes que, na próxima reunião, duas atas
63 seriam apreciadas. Ainda nesse primeiro momento, apresentou aos conselheiros o novo
64 secretário do conselho, o funcionário Thalles do Nascimento Castro, e citou os
65 conselheiros que até o início da reunião haviam enviado justificativas para suas
66 ausências, a saber: prof.^a Iluska Maria da Silva Coutinho, Representante do Comitê
67 Assessor, Área Ciências Sociais Aplicadas; prof.^a Cibele Velloso Rodrigues,
68 Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Multicêntrico em Bioquímica e Biologia
69 Molecular; prof.^a Estela Marcia Saraiva Campo, Coordenadora Mestrado Profissional
70 em Saúde da Família; prof. Alfredo Chaoubah, Coordenador do Programa de Pós-

71 Graduação em Saúde Coletiva; e prof.^a Cláudia Mônica dos Santos, Coordenadora do
72 Programa de Pós-graduação em Serviço Social. **II – Comunicações:** Dando
73 prosseguimento à reunião, a Pró-reitora expôs, em linhas gerais, a situação dos seis
74 Aplicativos de Propostas de Cursos Novos (APCN), estes que, então, aguardam a
75 captação de novos pareceristas, havendo apenas um parecer externo, mas que,
76 provavelmente, nas semanas seguintes seriam encaminhados para o trabalho junto à
77 Câmara de Pós-graduação. Corroborou, ainda, a sinalização de mais grupos quanto à
78 submissão de novos APCNs, estimando um total de dez propostas até o momento,
79 tratando-se, assim, de uma fase de intensas avaliações em um tempo exíguo, pois o
80 prazo da formalização das propostas junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de
81 Pessoal de Nível Superior (CAPES), após a homologação das mesmas internamente, é
82 setembro de 2017; a intenção é, então, utilizar a reunião de agosto e, mesmo, a de
83 setembro, para a homologação das propostas, dado o considerável número esperado de
84 propostas. Outro informe proferido foi em relação à introdução da discussão sobre cotas
85 na pós-graduação, discussão que seria iniciada em maio, provavelmente já na próxima
86 reunião do Fórum de Pós-graduação, ocasião em que seria convidado especialista na
87 área para realizar uma conferência. O empreendimento de tal discussão reflete a
88 necessidade, segunda a Pró-reitora, de uma tomada de posição frente ao tema, partindo-
89 se de uma exigência da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) junto ao
90 Ministério da Educação (MEC) em relação à portaria sobre o tema expedida em maio de
91 2016. Sabe-se bem que o assunto é espinhoso e que não há consenso sobre sua plena
92 adoção na pós-graduação e pretende-se criar uma comissão junto à Diretoria de Ações
93 Afirmativas da UFJF, contando, certamente, com representação discente e docente da
94 pós-graduação. Por fim, foi apresentada aos presentes a necessidade de se atualizar tanto
95 o regimento quanto as resoluções da Pós-graduação *lato sensu*, dado o voto favorável do
96 Supremo Tribunal Federal (STF) à oferta de cursos *lato sensu* pagos. A Pró-reitora
97 deixou claro que este assunto depende, para sua aprovação, do Conselho Superior
98 (CONSU), mas que, no entanto, apresentará as propostas para a presente plenária,
99 sobretudo a resolução específica de cobrança dos cursos *lato sensu*, a fim de que sejam
100 mais detidamente discutidas antes de sua posterior apreciação pelo CONSU. **III –**
101 **Ordem do Dia: 1. Informe Sobre as Homologações de Defesas de Mestrado e**
102 **Doutorado:** A Presidente comunicou aos conselheiros o registro das defesas de
103 mestrado e de doutorado realizadas desde a reunião do dia onze de abril de 2017,
104 destacando o caráter formal e informativo deste item. **2. Apreciação de Projetos de**
105 **Pesquisa:** A Pró-reitora apresentou, então, para aprovação, os projetos submetidos à

106 avaliação do Comitê Assessor ao CSPP, passando à leitura dos seus respectivos títulos e
107 coordenadores, a saber: prof. Fábio Rodrigues Pereira, coordenador do projeto
108 “Existência de soluções para uma classe de problemas elípticos não-locais”; prof. José
109 Barbosa Gomes, coordenador do projeto “Espaços cone-métricos”; prof. José Luiz
110 Lopes Teixeira Filho, coordenador do projeto “A influência da utilização de telefones
111 celulares na consciência situacional dos condutores de veículos”; prof. Orestes
112 Piermatei Filho e prof. Amarildo Melchiades da Silva, coordenadores do projeto
113 “Cálculo diferencial e integral como curso de serviço para a Licenciatura em
114 Matemática”; prof. Rodrigo Portella, coordenador do projeto “Os sentidos de Maria:
115 cenas e significados do desenvolvimento histórico da piedade mariana”; e prof.^a Maria
116 Cecília dos Santos Ribeiro Simões Rodrigues, coordenadora do projeto “Brasileiros
117 muçulmanos no ciberespaço: desvelando identidades”. Foi indagado aos presentes o
118 interesse no exame do parecer emitido pelo Comitê Assessor e a necessidade de algum
119 esclarecimento sobre esse item, ao que o prof. Rafael Alves Queiroz levantou a questão
120 da duração dos projetos e, posteriormente, da finalidade do processo de aprovação. A
121 Presidente esclareceu que os projetos são aprovados internamente e sua duração é
122 estabelecida pelo cronograma enviado pelo próprio coordenador(a), acrescentando que
123 essa homologação é importante como um registro formal daqueles projetos que, por
124 ventura, não tenham sido aprovados por alguma agência de fomento, sem qualquer
125 chancela institucional, constituindo, assim, uma maneira de registrá-los, ao menos, no
126 âmbito da universidade. Não havendo mais nenhum pedido de esclarecimento, passou-
127 se à votação, sendo aprovados por unanimidade. **3. Comitê de Ética em Pesquisa com**
128 **Seres Humanos (inclusão de artigo):** A Pró-reitora explicou a necessidade de serem
129 incluídos determinados artigos no regimento, este que já havia sido aprovado em
130 reunião passada, por conta de uma exigência do Conselho Nacional de Ética em
131 Pesquisa (CONEP). Tratando-se apenas de mudanças formais, não foi necessária uma
132 nova avaliação de um parecerista. Passou-se, assim, à leitura do texto incluído. Não
133 havendo nenhum pedido de esclarecimento, foi votada sua aprovação, e a alteração do
134 regimento foi aprovado com apenas uma abstenção. **4. Revalidação de diploma**
135 **estrangeiro:** Inicialmente a Presidente, em linhas gerais, descreveu o processo de
136 revalidação de um diploma estrangeiro, enfatizando a necessidade de, após identificar-se
137 a área de conhecimento a que se refere o título, solicitar a um programa de pós-
138 graduação de certo modo correspondente em nossa instituição um parecer reconhecendo
139 o mérito e avaliando de modo geral o diploma a ser reconhecido. Assim, o funcionário
140 Daniel Borba Prieto, da Assessoria Acadêmica da PROPP, fez a leitura do parecer

141 emitido pelo PPG em Saúde Coletiva, assinado pelo prof. Alfredo Chaoubah, o qual
142 recomendou a instituição e o trabalho apresentado. Logo após a leitura, iniciou-se uma
143 ampla discussão cujo principal encaminhamento foi a votação entre o retorno do
144 processo à comissão do PPG em Saúde Coletiva para maior detalhamento ou a votação
145 da revalidação na presente reunião. Antes, contudo, é necessário apontar as principais
146 intervenções que levaram ao referido encaminhamento: em primeiro lugar, o prof. Luiz
147 Antônio Costa pediu esclarecimentos sobre o atual posicionamento do Conselho
148 Nacional de Educação (CNE) em relação ao assunto, ao que a Pró-reitora afirmou estar
149 vigente nova resolução, de 2016, além de esclarecer que a universidade passa por um
150 processo de reestruturação, havendo uma pausa no recebimento de novos pedidos de
151 revalidação, e que a discussão sobre a nova legislação está em andamento, assim como a
152 adaptação de nossa instituição à mesma, reforçou, porém, que o processo havia sido
153 iniciado antes da resolução de 2016, fato confirmado pelo funcionário Daniel Prieto; o
154 prof. Mateus Laterza lembrou a plenária o fato de, anteriormente, já haver solicitado que
155 se fosse empreendida uma discussão da resolução da UFJF sobre o tema, relatando a
156 dificuldade que pode causar o emprego de critérios por demais subjetivos quando de
157 avaliações do gênero; o Pró-reitor Adjunto afirmou haver um processo nacional de
158 reestruturação nesse âmbito, empreitada necessária por conta da discrepância no
159 tratamento desse processo entre as universidades, inclusive em relação aos valores dos
160 pedidos; o prof. Denis Franco Silva colocou em dúvida o fato de que tão simplesmente
161 por ter iniciado sua tramitação em período anterior à nova resolução significaria, de fato,
162 a aplicação da legislação anterior e, além disso, expressou preocupação relativa ao
163 atendimento dos quesitos essenciais à revalidação mediante uma avaliação que lhe
164 pareceu superficial, salientando que o período do curso em questão coincide com a
165 explosão de ofertas de programas de pós-graduação no Cone Sul, sobretudo, em finais
166 de semana e, em geral, para brasileiros, não se sentindo, logo, em condições de aprovar
167 a revalidação sem o conhecimento dessas questões; a essa altura, o funcionário Daniel
168 Prieto afirmou que, apesar de ainda não ter sido feito um estudo detalhado da nova
169 resolução pela PROPP, a princípio, ela alteraria, sobretudo, questões procedimentais, e
170 que a resolução da UFJF exige uma avaliação da inserção acadêmica da instituição, o
171 que foi feito pela comissão montada pelo PPG em Saúde Coletiva, após exigida uma
172 segunda avaliação; dada certa insegurança a permear os presentes, algumas possíveis
173 soluções foram aventadas: a prof.^a Cláudia Viscardi sugeriu que algum conselheiro da
174 área pedisse vistas do processo a fim de revisá-lo, a Pró-reitora sugeriu retirar-se o
175 processo e montar uma comissão à luz da nova resolução do MEC e considerando a

176 posição do PPG em Saúde Coletiva, o prof. Mateus Laterza propôs que se perguntasse
177 ao próprio PPG em questão se atenderam a resolução do CNE de 2016, o prof. Cláudio
178 Galuppo Diniz afirmou que a avaliação do mérito acadêmico já foi feita, faltando a
179 análise do mérito legal, caso em que, segundo alguns presentes, a Procuradoria teria a
180 prerrogativa do parecer, o que, no entanto, causou certo receio tanto em relação a uma
181 possível demora na avaliação, visto que a Procuradoria está a cargo de questões mais
182 graves e que ultrapassam o âmbito universitário, quanto, segundo o prof. Ignácio
183 Delgado, a uma crescente “invasão” do Judiciário sobre outras instâncias, além de uma
184 tentativa de evitar a responsabilidade sobre as decisões tomadas. Nesse momento, o
185 funcionário Daniel Prieto retorna ao fato de que a atual resolução da UFJF apenas não
186 atende aos critérios da nova resolução do MEC quanto aos trâmites formais, e o próprio
187 funcionário lê trechos da resolução institucional, demonstrando que ela contempla
188 questões de mérito acadêmico exigidas pelo CNE. Assim, a supracitada votação é
189 realizada, apresentando quinze votos a favor do retorno do processo à comissão
190 estabelecida pelo PPG em Saúde Coletiva e quinze votos a favor de que seja votada, na
191 presente reunião, a revalidação do diploma. O impasse encontra seu fim através da Pró-
192 reitora e de seu voto de Minerva, decidindo pela votação da revalidação. Desse modo, a
193 revalidação é homologada com doze votos a favor, seis contra e quatorze abstenções. O
194 desfecho contou ainda com duas breves intervenções: a do prof. Mateus Laterza, que
195 insistiu na necessária revisão da resolução interna sobre o tema, e a do Pró-reitor
196 Adjunto, que falou da necessidade de se estabelecer parâmetros mais objetivos para os
197 próximos pareceres, instituindo critérios para balizar os relatórios, sobretudo, quando de
198 universidades sem longa tradição ou excelência. **5. Indicação de suplente do CSPP**
199 **para o Conselho Setorial de Extensão e Cultura:** Tendo sido indicado anteriormente
200 a prof.^a Ana Rosa Picanço como representante desta plenária no Conselho Setorial de
201 Extensão e Cultura, foi necessário apenas a indicação de um suplente para a cadeira em
202 questão. Ao perguntar sobre a disponibilidade de algum dos conselheiros em atuar como
203 suplente, a prof.^a Célia Graça Arribas manifestou seu interesse pelo posto. Não havendo
204 manifestação em contrário, foi indicada a prof.^a Célia Graça Arribas como suplente do
205 CSPP para o Conselho Setorial de Extensão e Cultura. **6. Indicação de representante**
206 **da grande área Humanas e Sociais Aplicadas no Conselho Superior:** A Pró-reitora
207 expôs a necessidade de, após a saída da prof.^a Ilka Schapper da Coordenação do PPG em
208 Educação, preencher a cadeira de representante da grande área Humanas e Sociais
209 Aplicadas no CONSU, visto que as outras duas já possuíam representantes, a prof.^a
210 Flávia Cavalieri Machado para a grande área Engenharias e Ciências Exatas, e o prof.

211 Cláudio Galuppo Diniz para a grande área Ciências Biológicas e da Saúde. Ao indagar,
212 novamente, sobre a disponibilidade de algum dos conselheiros, o prof. Paulo Henrique
213 Dias Menezes citou o nome da prof.^a Eliane Medeiros Borges, lembrando que a mesma
214 já havia manifestado seu interesse pela representação. Então, com acordo unânime, foi
215 aprovada sua indicação como representante desta plenária para a grande área Humanas e
216 Sociais Aplicadas no CONSU. **7. Apreciação de Resolução de Iniciação Científica**
217 **(Atualização):** Em relação a este item, a Pró-reitora achou por bem ler a proposta de
218 resolução e, em caso de dúvida ou sugestão, expressá-las apenas ao final de cada
219 capítulo. Quanto ao primeiro capítulo, “Do programa e sua finalidade”, não houve
220 nenhum pedido de esclarecimento. O segundo capítulo, “Da participação na
221 modalidade BIC”, trouxe à tona a discussão sobre a acumulação da modalidade com
222 outras atividades, tais como o estágio e o vínculo empregatício, ponto levantado pela
223 prof.^a Heloísa Bernardo; a pró-reitora esclareceu que é permitida a participação, desde
224 que expressamente autorizada pelo orientador(a), em dois diferentes programas
225 acadêmicos, mas a percepção de apenas uma bolsa. Sobre esse ponto, ficou acordado
226 que tanto a participação concomitante a vínculo empregatício ou a estágio ficariam
227 também a critério do orientador. Seguindo, sobre o terceiro capítulo, “Da participação
228 na modalidade VIC”, o prof. Olímpio Hiroshi Miyagaki perguntou sobre a possibilidade
229 da modalidade VIC ser concedida em fluxo contínuo, fora dos editais, ao que o Pró-
230 reitor Adjunto contrapôs o fato de haver uma série de problemas operacionais que
231 inviabilizariam a implementação e o controle dessa oferta. A Pró-reitora afirmou que a
232 ideia precisa ser amadurecida, sobretudo, nas discussões do Fórum de Pesquisa, pois,
233 apesar da resolução tratada ser específica para o recurso da UFJF, a intenção é,
234 posteriormente, e em conjunto com a Diretoria do Centro Regional de Inovação e
235 Transferência de Tecnologia (CRITT), mapear as bolsas captadas pela instituição, a fim
236 de, segundo o prof. Ignácio Delgado, regulamentar esses recursos para que, inclusive,
237 passem a contar na avaliação dos PPGs. Não havendo questionamentos sobre o quarto
238 capítulo, “Da seleção dos projetos e distribuição das bolsas BIC”, passou-se ao quinto
239 capítulo, “Das condições de participação no programa”, momento em que é votada a
240 inclusão de texto sugerido pela prof.^a Flávia Machado, extraído do ponto “7.1.A” da
241 Resolução Normativa 017/2006 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
242 Tecnológico (CNPq), sobre bolsas por quota no país, a saber: “É vedado aos
243 supervisores e/ou coordenadores de quotas a conceder bolsa a cônjuge, companheiro ou
244 parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive”. As
245 intervenções da prof.^a Vera Peters e do prof. Nathan Barros destacaram a importância de

246 se evitar um tom discriminatório ao se tratar do tema em questão, visto que, em
247 qualquer estudante, a consanguinidade não é incompatível com a competência. Ainda
248 assim, o artigo foi incluído com vinte votos favoráveis, oito contrários e duas
249 abstenções. Ainda quanto ao quinto capítulo, ao ser questionada pelo prof. Rafael Alves
250 Queiroz sobre a necessidade de haver um *feedback* dos relatórios finais entregues, a Pró-
251 reitora assegurou a intento de dar novo sentido aos trabalhos finais. A discussão se
252 intensificou no sexto capítulo, “Da seleção dos discentes”, em seu ponto nevrálgico, a
253 publicização do processo seletivo do aluno de iniciação científica. Entre as questões
254 levantadas, destacam-se: alguns dos conselheiros manifestaram a preocupação com o
255 trabalho adicional que isto poderia gerar e a burocratização do processo; a necessidade
256 de uma explicitação dos critérios utilizados, bem como certa clareza e impessoalidade,
257 surgiram das falas do Pró-reitor Adjunto e do funcionário Daniel Prieto; uma
258 preocupação com a justificação do recurso orçamentário da UFJF foi citada pela Pró-
259 reitora. Novamente a prof.^a Flávia Machado sugeriu uma inclusão de texto do ponto
260 “3.6.5” da RN-017/2006 do CNPq, com ligeira alteração, a saber: “Cabe ao orientador
261 escolher e indicar, para bolsista, **de forma pública**, o aluno com perfil e desempenho
262 acadêmico compatíveis com as atividades previstas observando princípios éticos e
263 conflito de interesse.” Entretanto, faltando dez minutos para o meio-dia e já não
264 havendo mais quórum para a realização de qualquer votação, a Pró-reitora postergou a
265 aprovação da resolução para a reunião seguinte, discussão que seria iniciada a partir do
266 último ponto abordado, a votação da inclusão do artigo sugerido pela prof.^a Flávia
267 Machado. **IV – Assuntos Gerais:** Antes do término da reunião, o prof. Nathan Barros
268 pediu a palavra para relatar um grave problema enfrentado pelo PPG em Ecologia, mas
269 não apenas, relativo aos veículos, *pick ups* 4x4, fundamentais às visitas de campo
270 realizadas pelo programa, estas que representam cerca de sessenta por cento dos gastos
271 do APG; os problemas apresentados pelos veículos dificultaram, inclusive, o retorno de
272 dois estudantes de sua visita a Ibitipoca na semana anterior. Segundo o prof. Nathan
273 Barros, que solicita ajuda do presente conselho, houve um orçamento de veículos em
274 2013, mas, até o momento, nada foi feito, apesar da demanda ser muito grande. A Pró-
275 reitora afirmou ter havido um investimento de uma frota pertencente à UFJF, mas que
276 parte do serviço é feito através de terceirização e comprometeu-se a verificar a situação
277 junto à Pró-reitoria de Planejamento da UFJF para, assim, decidir sobre o
278 comportamento do conselho diante da situação. Não havendo mais nada a tratar, a
279 Presidente deu por encerrada a reunião. Para constar, foi lavrada a presente ata que
280 transcrevo, dato e assino.

281

282

Juiz de Fora, 05 de junho de 2017.

283

284

285

Prof.^a Dr.^a Mônica Ribeiro de Oliveira

286

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa / Presidente do CSPP

287

288

289

Thalles do Nascimento Castro

290

Secretário do CSPP

291

Aprovada na reunião do dia ___/___/___.